

Logística Ambiental de São Paulo S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reequilíbrio quinquenal

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa no 1, a Logística Ambiental de São Paulo S.A. – LOGA e o Poder Concedente iniciaram em 2009, negociação visando o reequilíbrio quinquenal previsto contratualmente, tendo em vista o desequilíbrio existente em favor da concessionária entre as receitas e o aumento das atuais obrigações operacionais. Em 26 de dezembro de 2012 foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a LOGA que promoveu parcialmente o reequilíbrio, reajustando tarifas e efetuando a liquidação da defasagem tarifária entre 2009 e 2012. Alguns fatores de desequilíbrio ocorridos entre 2009 e 2012, incluindo serviços extra contratuais, não foram negociados e a referida negociação ainda depende de eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da controlada em conjunto, e, portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 não incluem nenhum ajuste contábil que poderá ser requerido conforme acordo entre as partes.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2013	2012		Nota explicativa	2013	2012
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	21.402	87.792	Fornecedores e outras contas a pagar	14	39.448	36.083
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	50.968	41.022	Empréstimos e financiamentos	15	37.278	33.138
Estoques		2.333	2.676	Salários, benefícios e encargos	16	13.237	11.518
Impostos a recuperar		3.451	3.010	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	14.488	17.722
Adiantamento à fornecedores		3.242	3.583	Imposto de renda e contribuição social		1.027	18.317
Total do ativo circulante		<u>81.396</u>	<u>138.083</u>	Obrigações contratuais		2.215	2.241
				Dividendos a pagar		3.747	47.498
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante			
Contas a Receber de clientes e outros créditos	11	29.185	31.838			<u>111.440</u>	<u>166.518</u>
Ativo fiscal diferido	12	7.109	5.724	NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		10.379	10.035	Empréstimos e Financiamentos	15	43.181	32.511
				Provisões	18	4.508	3.573
Imobilizado	13	60.832	44.460	Passivo fiscal diferido	12	5.689	4.430
Intangível		704	801	Total do passivo não circulante		<u>53.378</u>	<u>40.514</u>
Total do ativo não circulante		<u>108.209</u>	<u>92.857</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	20	19.923	19.923
TOTAL DO ATIVO				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		<u><u>189.605</u></u>	<u><u>230.940</u></u>	Reserva Legal		3.985	3.985
				Reserva de lucros		879	-
				Total do patrimônio líquido		<u>24.787</u>	<u>23.908</u>
						<u><u>189.605</u></u>	<u><u>230.940</u></u>

Marcos Otávio Gondaline
 Contador
 CRC 1SP137002/O-4

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota explicativa	2013	2012
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS PRESTADOS	21	398.565	409.228
Impostos incidentes sobre serviços prestados	21	(57.171)	(59.448)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		341.394	349.780
Custo dos serviços prestados		(276.087)	(254.961)
LUCRO BRUTO		65.307	94.819
Despesas comerciais	22	(513)	(5.375)
Despesas gerais e administrativas	23	(11.809)	(12.501)
Outras receitas e despesas operacionais	24	(3.558)	(1.693)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		49.427	75.251
Receitas financeiras	25	2.093	2.834
Despesas financeiras	25	(7.407)	(7.437)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS		(5.314)	(4.602)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		44.113	70.649
Corrente	12	(15.137)	(22.928)
Diferido	12	126	(3.255)
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>29.101</u>	<u>44.465</u>

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado do exercício	29.101	44.465
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>29.101</u>	<u>44.465</u>

Marcos Otávio Gondaline
Contador
CRC 1SP137002/O-4

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Subscrito	Capital social A integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	60.650	(40.727)	7.018	15.311	-	42.252
Lucro líquido do período	-	-	-	-	44.465	44.465
Destinação dos lucros:						-
Estorno de reserva legal - limite alcançado	-	-	(3.033)	3.033	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	44.465	(44.465)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(15.311)	-	(15.311)
Dividendos propostos	-	-	-	(47.498)	-	(47.498)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	60.650	(40.727)	3.985	-	-	23.908
Lucro líquido do período	-	-	-	-	29.101	29.101
Destinação dos lucros:						-
Reserva de lucros	-	-	-	(3.338)	3.338	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(28.222)	-	(28.222)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	60.650	(40.727)	3.985	(31.560)	32.439	24.787

Marcos Otávio Gondaline
 Contador
 CRC 1SP137002/O-4

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		29.101	44.465
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações			
Depreciação e amortização do imobilizado/intangível	13	13.237	13.613
Provisão para obrigações contratuais futuras	18	237	(10.964)
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		5.806	4.894
Provisão para contingências	18	4.167	1.448
Imposto de Renda e contribuição social	12	15.225	26.183
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	11	(9.201)	(9.136)
Ativo Financeiro	11	2.656	6.552
Impostos a Recuperar		(441)	482
Partes relacionadas	11	(24.332)	(43)
Estoques		343	984
Outros créditos		(684)	(58)
Depósitos judiciais		(1.005)	(222)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	14	999	(3.333)
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	16	1.719	(645)
Impostos, taxas e contribuições	17	(3.234)	8.884
Imposto de renda e contribuição social		(32.641)	(4.611)
Juros pagos		(4.977)	(4.325)
Partes relacionadas	14	2.707	(630)
Pagamento de contingências	18	(2.809)	(434)
Outras provisões e obrigações contratuais	14	(26)	465
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(3.154)</u>	<u>73.571</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	13	(29.491)	(13.826)
Adições ao intangível	13	(130)	(175)
Baixa de imobilizado/intangível	13	24.374	1.585
Caixa líquido atividades de investimento		<u>(5.247)</u>	<u>(12.416)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de financiamentos - terceiros		57.795	35.208
Pagamento de financiamentos		(43.815)	(25.076)
Pagamento de dividendos	20	(71.973)	(20.415)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(57.993)</u>	<u>(10.283)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES		<u>(66.393)</u>	<u>50.872</u>
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício		87.792	36.921
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	10	21.402	87.792
		<u>(66.390)</u>	<u>50.871</u>

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

Prévia - Não Auditada

	Nota Explicativa	2013	2012
Receitas (1)		398.828	409.059
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		398.565	409.228
Outras receitas		279	(168)
Perda efetiva de contas a receber		(16)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)		179.376	162.279
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)			
Custos dos serviços prestados		157.447	137.636
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		17.837	17.948
Comerciais, administrativas e contingências		4.092	6.695
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		219.452	246.780
Depreciações e amortizações (4)	13	13.238	13.614
Valor adicionado líquido PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3) - (4) = (5)		206.214	233.166
Valor adicionado recebido em transferência (6)		2.093	2.834
Receitas financeiras		2.093	2.834
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)		208.307	236.001
Distribuição do valor adicionado		208.307	236.001
Pessoal		78.168	71.991
Remuneração direta		57.085	51.865
Benefícios		17.998	17.207
F.G.T.S.		3.084	2.920
Impostos, taxas e contribuições		91.181	106.880
Federais		48.843	62.898
Estaduais		533	554
Municipais		41.804	43.428
Remuneração de capital de terceiros		9.857	12.664
Juros		6.362	6.972
Aluguéis		3.495	5.692
Remuneração de capital próprio		29.101	44.465
Lucros retidos		29.101	44.465

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A – Loga (“Companhia”), situada à Praça Alberto Lion, 366, Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. – (“VVR”), detentora de 62,347% das ações e a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A (“PNAPSE”), com participação de 37,653%.

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A. realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido, viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo – SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Igualmente a PNAPSE. é acionista da Companhia desde 03 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo – SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Contrato de Concessão

Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. Conforme previsto no contrato, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em outubro de 2013, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 6,68%.

O contrato de concessão só poderá ser declarado extinto nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação com pagamento de indenização no valor dos bens que reverterem ao Poder Concedente; (iii) caducidade por parte da Prefeitura Municipal; (iv) rescisão amigável ou judicial; (v) anulação por ilegalidade; ou (vi) falência ou extinção da Concessionária.

Os bens imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza urbana objeto do presente contrato reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da concessão e incluem o sistema existente quando do início da operação e os bens e infraestrutura adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do contrato de concessão, que sejam utilizados na prestação dos serviços, conforme nota explicativa nº 11.

Os veículos adquiridos pela Companhia, composto por caminhões no valor contábil de R\$21.258 (R\$34.075 em 2012) estão classificados no ativo imobilizado, pois não são considerados como bens reversíveis pela Administração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou receita bruta de R\$ 398.565 (R\$409.228 em 2012), composta por R\$442 (R\$1.641 em 2012) em construção (vide nota explicativa nº21) e R\$398.123 (R\$407.587 em 2012) em prestação de serviços. A receita reconhecida com relação à construção em 2013 representa o valor justo dos investimentos realizados, com margem de retorno zero considerando que a Administração da Companhia entende que o retorno é obtido sobre a receita de prestação de serviços de coleta.

Reequilíbrio Quinquenal

O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimento da concessionária. Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio tarifário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais incidido em todos os anos da Concessão, de forma provisória, com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário em outubro de 2014. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a empresa em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurado apartado do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observadas: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário para o 12º ano da Concessão, em que se inclui a terceirização de aterro a partir do 7º ano até o final do 11º ano e deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário. É relevante ressaltar que esta Comissão ainda será criada em 2014. Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas, não foi efetuada neste exercício, uma provisão para investimentos futuros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas na nota explicativa nº6, respectivamente.

3 Moeda Funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº18 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

6 Principais Políticas Contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Receita operacional
- (b) Despesas comerciais
- (c) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (d) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
- (e) Caixa e equivalentes de caixa
- (f) Contas a receber e outros recebíveis
- (g) Estoques
- (h) Imobilizado
- (i) Intangível
- (j) Contratos de concessão
- (k) Fornecedores
- (l) Instrumentos financeiros
- (m) Empréstimos e financiamentos
- (n) Benefícios a empregados

- (o) Imposto de renda e contribuição social
- (p) Reconhecimento das receitas
- (q) Distribuição de dividendos
- (r) Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis
- (s) Demonstração do resultado abrangente
- (t) Demonstração dos fluxos de caixa
- (u) Demonstração do valor adicionado

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita Operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

b. Despesas comerciais

As despesas comerciais são compostas, basicamente, de baixa efetiva de títulos incobráveis.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

d. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é

equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações:

- Fontes externas de informação:
 - (i) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
 - (ii) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- Fontes internas de informação:
 - (i) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
 - (ii) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado;
 - (iii) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*Impairment* - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa.

Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos a vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias da data de contratação. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados.

f. Contas a receber e outros recebíveis

Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. Referem-se aos serviços prestados, até a data do balanço, em atendimento ao regime de competência.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

h. Imobilizado

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que flutuem benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23.

A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº13.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em “Outros ganhos/(perdas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

i. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

j. Contratos de concessão

Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;

- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- o concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
- um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

Conforme definido pelo ICPC 1, a infra-estrutura que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação não são reconhecidos como ativo imobilizado do concessionário.

- ***Receita de contratos de concessão***

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues conforme melhor estimativa da Administração.

- ***Ativos financeiros não-derivativos***

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado.

k. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado pois a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda, como aqueles gerados por investimentos na infraestrutura dos contratos de concessão.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

m. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, que, subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas quando incorridos.

n. Benefícios a empregados

• ***Previdência Privada***

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

• ***Participação nos lucros***

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal que reduz o Imposto de Renda em 75% até o ano calendário 2021, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) Imposto diferido

- sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

p. Reconhecimento das receitas

As receitas referentes ao contrato de concessão com a Prefeitura do Município de São Paulo são reconhecidas com base no valor mensal fixo estabelecido em contrato.

q. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral, conforme nota explicativa n°20.

r. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos, com exceção dos que envolvem estimativas para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os CPC e interpretações não tratarem de assuntos específicos.

Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na nota explicativa nº 6.g).

De acordo com CPC 26, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados.

Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante.

s. Demonstração do resultado abrangente

No Brasil é obrigatório que as demonstrações do resultado do período e do resultado abrangente sejam apresentadas separadamente. A demonstração do resultado abrangente começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes. Resultados abrangentes totais são as mutações no patrimônio líquido durante o período com exceção daquelas mutações resultantes de transações com sócios na qualidade de proprietário.

t. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

u. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada exercício.

A DVA proporciona aos usuários das Demonstrações financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas.

A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; e d) remuneração de capitais próprios.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009).

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

8 Instrumentos Financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

- **Risco de câmbio**

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

- **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros prefixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida.

- **Risco de preços**

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

b. Risco de realização de crédito

Risco de realização de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	37.278	23.528	15.303	4.350	80.459
Fornecedores e outras contas a pagar	39.448	-	-	-	39.448
Salários, benefícios e encargos	13.237	-	-	-	13.237
Impostos, taxas e contribuições a recolher	14.488	-	-	-	14.488
Imposto de renda e contribuição social	1.027	-	-	-	1.027
Passivo fiscal diferido	-	5.689	-	-	5.689
Obrigações contratuais	2.215	-	-	-	2.215
Dividendos a pagar	3.747	-	-	-	3.747
	<u>111.440</u>	<u>29.217</u>	<u>15.303</u>	<u>4.350</u>	<u>160.310</u>
Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	33.138	10.455	15.532	6.524	65.649
Fornecedores e outras contas a pagar	36.083	-	-	-	36.083
Salários, benefícios e encargos	11.518	-	-	-	11.518
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17.722	-	-	-	17.722
Imposto de renda e contribuição social	18.317	-	-	-	18.317
Passivo fiscal diferido	-	4.430	-	-	4.430
Obrigações contratuais	2.241	-	-	-	2.241
Dividendos a pagar	47.498	-	-	-	47.498
	<u>166.518</u>	<u>14.885</u>	<u>15.532</u>	<u>6.524</u>	<u>203.458</u>

Gerenciamento de Capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital total. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de empréstimos e financiamentos (correspondente aos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, de acordo com as informações demonstradas no balanço patrimonial), subtraídas do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é representado pela soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A política da Companhia é manter um índice abaixo de 2,00. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012
Total do Passivo	164.818	207.032
menos: Caixas e equivalentes de caixa	(21.402)	(87.792)
Dívida líquida	143.416	119.240
Patrimônio líquido	24.787	23.908
Capital total	168.203	143.148
Índice de alavancagem	0,85	0,83

9 Aspectos Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a questões ambientais é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e Equivalentes de Caixa

São compostos com segue:

	2013	2012
Caixa	20	31
Bancos	13	71.266
Aplicações Financeiras	21.369	16.495
	21.402	87.792

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileiro.

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11 Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis

As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas como segue:

	Nota	2013	2012
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		19.553	11.328
Medição dos serviços prestados		36.510	35.506
Ativo financeiro (recebível da concessão)		22.886	25.542
Clientes Privados:			
Valores faturados – venda de sucata		24	52
Partes Relacionadas	19	162	95
Outras contas a receber		<u>1.018</u>	<u>337</u>
Total		<u><u>80.153</u></u>	<u><u>72.860</u></u>
Circulante		50.968	41.022
Não Circulante		<u>29.185</u>	<u>31.838</u>
		<u><u>80.153</u></u>	<u><u>72.860</u></u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia esta limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O aging list das contas a receber é composta como segue:

	2013	2012
Valores a vencer	14.107	21.348
Vencidos:		
Até 30 dias	49.873	37.082
Entre 31 e 60 dias	8	361
Entre 61 e 90 dias	2	349
Entre 91 e 180 dias	89	1.077
Entre 181 e 360 dias (a)	6.934	2.153
Acima de 360 dias (a)	<u>9.140</u>	<u>10.490</u>
	<u><u>80.153</u></u>	<u><u>72.860</u></u>

- (a) O saldo entre 181 e 360 e acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, em sua grande maioria em 2007 e períodos posteriores.

O ativo financeiro no montante de R\$22.886 (R\$25.542 em 2012) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos conforme vida útil do respectivo ativo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº8.

12 Ativos e Passivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía registrados passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	2013	2012
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(10.061)	(10.506)
Provisão para contingências	9.497	6.674
Provisão para custos a incorrer	-	1.227
Provisão para participação nos resultados	1.814	2.153
Efeito RTT	2.927	4.259
Base total final	4.177	3.807
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias - 34%	1.420	1.294
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	7.109	5.724
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.689)	(4.430)

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	2013	2012
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social	44.113	70.649
Efeito RTT	(1.332)	8.416
	42.781	79.065
Alíquotas - %	34%	34%
	(14.546)	(26.882)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e Multas Indedutíveis	(15)	(157)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(246)	(1.788)
Ajustes RTT	(452)	2.307
Outras diferenças permanentes	248	337
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social efetivos	(15.011)	(26.183)
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social correntes	(15.137)	(22.928)
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social diferidos	126	(3.255)
	(15.011)	(26.183)

O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que traz diversas alterações na legislação tributária federal, nos tributos Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins. A MP 627/13 tem por objetivo principal harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 (IFRS). Com isso, o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. O novo regime tributário poderá ser adotado pelo contribuinte voluntariamente a partir de 01 de janeiro de 2014 ou mandatoriamente a partir de 01 de janeiro de 2015.

Os principais temas tratados na MP 627/13 foram: Revogação do regime tributário de transição; Distribuição de lucros; Incorporação, fusão e cisão; Mais valia de ativos; Ágio (*goodwill*); Ganho por compra vantajosa (antigo deságio); Avaliação a valor justo; Recuperabilidade de ativos (*impairment*); Controladas no exterior; contratos de concessão; despesa com emissão de ações; despesas pré-operacionais; variação cambial; contratos de longo prazo; subvenções para investimento; prêmio na emissão de debêntures; contratos de concessão; aquisição de participação societária em estágios; prejuízos não operacionais; e arrendamento mercantil.

A Administração da Companhia vem efetuando uma avaliação das disposições contidas na MP 627, e seus consequentes impactos, esperando concluir até Abril de 2014, quando a MP será convertida em Lei. A partir da conversão em Lei, o governo federal deverá estabelecer as regras e o prazo para as empresas exercerem a opção da aplicabilidade das alterações introduzidas, se em 2014 ou somente a partir de 2015.

Em se tratando de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, a Administração da Loga já concluiu que não pagou dividendos ou juros sobre o capital próprio acima do limite fiscal tratado na MP 627.

13 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Tx Anual %	2013			2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	-
Máquinas e equipamentos	10	6.416	(1.405)	5.011	3.915
Veículos	20	67.111	(44.367)	22.744	34.075
Móveis, utensílios e outros	10	961	(501)	460	413
Equipamentos de informática	20	1.858	(854)	1.004	420
Benfeitorias em bens de terceiros		6.123	-	6.123	5.300
Imobilizado em andamento		1.224	-	1.224	336
		<u>107.959</u>	<u>(47.127)</u>	<u>60.832</u>	<u>44.460</u>

Garantia

Em 31 de dezembro de 2013, veículos com valor contábil de R\$53 não estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos (veja nota explicativa nº15).

Imobilizados em andamento

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, o principal imobilizado em andamento referia-se ao novo Transbordo Anhanguera, que está sendo registrado no ativo financeiro (recebível da concessão), conforme nota explicativa nº11 considerando que a Companhia possui um direito de receber caixa do Poder Concedente pelos investimentos realizados na infraestrutura.

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

Custo:	2012	Aquisição	Baixa	Transf.	2013
Terrenos	-	24.266	-	-	24.266
Máquinas e equipamentos	4.954	1.516	(54)	-	6.416
Veículos	66.957	1.132	(978)	-	67.111
Móveis, utensílios e outros	833	133	(5)	-	961
Equipamentos de informática	1.172	733	(47)	-	1.858
Benfeitorias em bens de terceiros	5.300	823	-	-	6.123
Imobilizado em andamento	336	888	-	-	1.224
	<u>79.552</u>	<u>29.491</u>	<u>(1.084)</u>	<u>-</u>	<u>107.959</u>
Máquinas e equipamentos	(1.039)	(395)	30	-	(1.404)
Veículos	(32.881)	(12.384)	898	-	(44.367)
Móveis, utensílios e outros	(419)	(83)	1	-	(501)
Equipamentos de informática	(752)	(150)	47	-	(855)
Benfeitorias em bens de terceiros	-	-	-	-	-
	<u>(35.092)</u>	<u>(13.012)</u>	<u>976</u>	<u>-</u>	<u>(47.127)</u>
Imobilizado, líquido	<u>44.460</u>	<u>16.479</u>	<u>(108)</u>	<u>-</u>	<u>60.832</u>

14 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

	Nota Explicativa	2013	2012
Fornecedores		24.771	24.113
Partes relacionadas	19	14.677	11.970
		<u>39.448</u>	<u>36.083</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à fornecedores e a outras contas a pagar são divulgadas na nota explicativa nº8.

15 Empréstimos e Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº8.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Juros	Vencimento	2013	2012
FINAME	3,10% aa. a 7,50% aa. + TJLP e Pré- fixada 4,0% aa. a 8,0%aa.	De jan/2014 a nov/2018	16.962	28.642
Capital de Giro	CDI + 2,30% aa. a 2,60% aa.	De mar/2014 a jul/2018	46.013	17.366
Conta Garantida	CDI + 2,80% aa.	Fev/2014	37	14
BNDES	1,40% aa. a 2,40% aa. + TJLP	Dez/2021	17.447	19.627
			<u>80.459</u>	<u>65.649</u>
Circulante			37.278	33.138
Não circulante			43.181	32.511
			<u>80.459</u>	<u>65.649</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2013	2012
2014	-	10.455
2015	13.635	7.376
2016	9.892	3.807
2017	7.725	2.174
2018	5.403	2.173
2019 (em diante)	6.526	6.526
	<u>43.181</u>	<u>32.511</u>

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nas modalidades FINAME e BNDES, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$21.258 (R\$34.075 em 2012).

Investimentos com o uso de financiamentos

Durante o exercício de 2013, a Companhia registrou o financiamento de investimentos no montante de R\$53 (R\$9.036 em 2012). Este valor, na modalidade de financiamento do FINAME e BNDES, foi aplicado na aquisição de equipamentos, infraestrutura do transbordo e terreno.

16 Salários, Benefícios e Encargos

São compostos como segue:

	2013	2012
Salários	2.905	2.360
Encargos trabalhistas	1.362	618
Férias	7.309	6.540
Participação nos resultados	1.662	2.000
	<u>13.237</u>	<u>11.518</u>

Benefício de previdência privada

Aos empregados que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$81 (R\$241 em 2012), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

17 Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

São compostos como segue:

	2013	2012
ISS sobre serviço	2.358	2.241
PIS sobre serviço	2.031	2.659
COFINS sobre serviço	9.355	12.247
Pis/COFINS/CSLL retidos	12	24
IR Fonte	265	202
Outros	467	349
	<u>14.488</u>	<u>17.722</u>

Os valores de ISS, PIS e COFINS de 2012 referem-se principalmente ao recebimento do Termo de Compromisso Ambiental ocorrido no mês de dezembro, conforme Nota Explicativa nº 1.

18 Provisões

São compostos como segue:

	2013	2012
Contingências	3.044	2.346
Programa de concientização	1.464	1.227
	<u>4.508</u>	<u>3.573</u>

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão perfaz o montante de R\$3.044 (R\$2.346 em 2012), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2013, passivos de provisão, é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2011	750	622	1.372
Adições	809	638	1.447
Reversões	(23)	(411)	(434)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	-	(39)	(39)
Saldo em 31/12/2012	1.536	810	2.346
Adições	-	4.167	4.167
Reversões	(1.046)	(1.763)	(2.809)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	833	(1.493)	(660)
Saldo em 31/12/2013	1.323	1.721	3.044

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Sociedade classificou a probabilidade de ganho como possível o montante de R\$29.515 (R\$13.928 em 2012). Portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão.

b. Obrigações contratuais futuras

O saldo das obrigações contratuais a incorrer foi totalmente revertido durante o ano de 2012 devido ao desequilíbrio contratual, conforme Nota Explicativa nº 1.

c. Provisão de conscientização da população

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2013. Tal provisão refere-se à obrigação contratual de destinar 0,5% do faturamento. A provisão destina-se a ações de conscientização da população.

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.227
Constituição de provisões	2.005
(-) Reversão de provisões	(1.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.464

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela Loga para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável, pois a Companhia foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no contrato de concessão nº 27/SSO/04, os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para região denominada “Agrupamento Noroeste”, sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, a única cliente da Companhia.

19 Partes Relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$ 2.751 (R\$ 2.114 em 2012).

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas ao grupo Solvi e o grupo P.N.A.S.P.E. em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são demonstrados como segue:

Empresa	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesas)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações	-	-	185	202	(1.306)	(807)
Instituto Solvi	24	-	-	14	-	-
Manaus Ambiental	-	-	3	-	-	-
Essencis Soluções Ambientais	-	-	12.458	11.476	(60.714)	(60.759)
Koleta Ambiental	-	-	-	-	-	(220)
Vega Engenharia Ambiental	-	8	9	-	-	-
Battre	-	8	-	-	-	-
Revita Engenharia	1	-	58	-	-	-
SBC Valorização de Resíduos	48	-	-	-	-	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras	89	-	-	-	-	-
UTR	-	-	1.964	-	-	-
	162	16	14.677	11.692	(62.020)	(61.786)
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Participações	-	2	-	160	(818)	(1.391)
Essencis Soluções Ambientais	-	6	-	-	-	-
Koleta Ambiental	-	49	-	-	-	-
Vega Engenharia Ambiental	-	-	-	9	-	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos	-	22	-	109	-	-
	-	79	-	278	(818)	(1.391)
Circulante	162	95	14.677	11.970	(62.838)	(63.177)
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Total	162	95	14.677	11.970	(62.838)	(63.177)

Nenhum dos saldos possui garantias.

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solvi Participações S.A.) referem-se à serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. (controlada direta da Estre Ambiental S.A.) referem-se ao tratamento e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

As despesas operacionais registradas em operações junto à controladora Solvi Participações S.A. referem-se a serviços corporativos e despesas compartilhadas.

20 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está representado por 60.650.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontram-se integralizadas 19.923.133 ações, no valor total de R\$19.923.

Reserva de lucros

a. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 20% do capital social, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Abaixo é demonstrado o cálculo dos dividendos:

Em Maio de 2013 foram pagos dividendos no valor de R\$62.809, sendo que R\$47.498 estava provisionado em dividendos a pagar, e R\$15.311 foram utilizados da Reserva de retenção de lucros.

Com base no lucro líquido apurado em 2013, já deduzido da reserva legal, foi constituído dividendos estatutários mínimos obrigatórios no valor de R\$28.222 sendo que R\$24.475 foram pagos no exercício..

21 Receita Operacional Líquida

	2013	2012
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	398.105	407.464
Clientes privados	18	123
Total receita bruta de serviços	398.123	407.587
Receita de construção	442	1.641
Total receita bruta	398.565	409.228
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(20.060)	(20.853)
PIS	(6.620)	(6.884)
COFINS	(30.493)	(31.706)
ICMS	2	(5)
	(57.171)	(59.448)
Receita operacional líquida	341.394	349.780

22 Despesas Comerciais

	2013	2012
Patrocínio, brindes e doações	(273)	(5.183)
Propaganda e publicidade	-	(15)
Outros	(240)	(177)
	(513)	(5.375)
	(513)	(5.375)

23 Despesas Gerais e Administrativas

Error! Objects cannot be created from editing field codes.

24 Outras Receitas (despesas) Operacionais

	2013	2012
Receitas eventuais	-	5
Despesas e prov. contingenciais	(3.336)	(1.448)
Resultado venda de imobilizado	279	(173)
Patrocínio	(486)	-
Outras despesas e receitas	(15)	(77)
	(3.558)	(1.693)
	(3.558)	(1.693)

25 Receitas (Despesas) Financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.769	986
Juros recebidos e descontos obtidos	324	214
Ajuste a valor presente de ativo financeiro	-	1.634
	2.093	2.834
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(573)	(1.592)
Despesas c/juros e descontos concedidos		(12)
Despesas multas e moras financeiras		(475)
Tributos sobre movimentações financeiras	(1.044)	(464)
Juros sobre financiamento	(5.790)	(4.894)
	(7.407)	(7.437)
	(5.314)	(4.602)

26 Cobertura de Seguros (não auditado)

A administração da companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Danos Materiais: R\$35.197; e
- Responsabilidade Civil: R\$2.500.

* * *